



Tragédia climática: consequências para a causa animal

Jornal da Universidade / 20 de maio de 2024

Artigo | Sob a perspectiva da saúde única, Lucile Baía, Letícia Kinappe e Régis Zanette destacam que planos sustentáveis de prevenção de desastres precisam estar articulados com uma efetiva preservação ambiental

*Foto: Flávio Dutra/1U

Calamidades climáticas, como a ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024, têm se repetido ao longo dos últimos anos em diversas regiões do Brasil e do mundo. Desta vez, quase a totalidade dos 447 municípios do RS foram afetados pelas inundações e pelo menos um milhão e meio de pessoas foram atingidas, sendo considerada, até o presente momento, a **maior tragédia climática da história do estado**.

Mudanças no clima sempre ocorreram no planeta Terra, porém, atualmente, o problema que vem se apresentando é com relação ao ritmo das ocorrências, somado à inexistência e/ou ineficácia de planos de contingência que possam mitigar os efeitos dessas calamidades, tornando a adaptação, por vezes, impossível. Segundo ambientalistas, a intensidade e proporção dessas inundações, muito mais devastadoras que as de 2023, são resultado do aquecimento global e de falta de planejamento de políticas públicas que atendam de forma assertiva a essas demandas.

Calamidades como a que estamos presenciando impactam significativamente na vida de milhares de pessoas, comprometendo não somente a dignidade de quem perde tudo, como também boa parte da economia do nosso país. No RS, por exemplo, está concentrado um grande número de produtores de arroz, carne, leite, soja, indústria coureiro calçadista, entre tantas outras atividades de suma relevância no impulsionamento e manutenção de nossa economia. Uma crise dessa grandeza, além de diversos impactos socioeconômicos regionais, é capaz de afetar negativamente o crescimento da nação como um todo.

A saúde pública, de uma forma geral, também sofre prejuízos em meio a esses eventos climáticos. Inúmeras doenças surgem após a exposição prolongada de pessoas ou animais a águas contaminadas, por trauma em objetos perfurocortantes ocultos, submersos sob nas águas ou ainda, indiretamente, pelo acúmulo de águas paradas. Leptospirose, hepatite A, tétano, dengue, são **alguns exemplos** dessas enfermidades. Todas necessitam ações curativas e assistenciais, saturando ainda mais o já precário sistema de saúde. Em um contexto de saúde única, sofrem também os animais, a exemplo da leptospirose, uma zoonose de distribuição mundial que acomete além dos humanos os animais domésticos e silvestres, sendo uma doença de importante repercussão em termos de saúde.

Centenas de resgates humanos e de animais foram realizados durante essa emergência climática, demandando uma mobilização intensa e constante de voluntários civis em conjunto com a máquina pública em todas as esferas: municipal, estadual e federal. Muitos desses animais resgatados passaram dias sobre telhados de áreas totalmente alagadas ou, inclusive, alguns, submersos nas águas, estando mais suscetíveis à infecção que, geralmente, ocorre pelo contato com leptospiros no ambiente por meio da água ou alimentos contaminados com urina, fômites ou carcaça de animais infectados (Hagiwara; Miotto; Tozzi, 2015). A manifestação pode ser desde uma forma assintomática a quadros clínicos graves, com síndromes icterícia, hemorrágica, urêmica e reprodutivas.

Isso pode resultar em enorme preocupação para o sistema de saúde, uma vez que estamos falando de uma zoonose em um cenário de caos, ou melhor, de guerra, literalmente, no qual esses animais precisariam estar devidamente medicados e isolados, evitando assim a contaminação de outros animais e de humanos. Mas o que a situação proporciona não condiz com o que seria "ideal", pois a maioria desses animais foi realocado em abrigos construídos de maneira improvisada, na melhor das intenções, pensando em um acolhimento emergencial.

Há de se contabilizar no hall de doenças não físicas, aquelas "invisíveis" e não parametrizadas em níveis laboratoriais. Dezenas, talvez até centenas, de animais chegando totalmente em pânico, amedrontados, arredios, hiper-responsivos, tristes e, por fim e não menos importante, deprimidos.

O voluntariado civil, representado aqui por inúmeros colaboradores como médicos veterinários, socorristas, enfermeiros, ONG's, defensores da causa animal, entre outros, engajados na organização dos abrigos, tem se desdobrado em constância e frequência para amenizar e dirimir todas essas mazelas sejam físicas ou psíquicas, tentando manter um ambiente mais cordial, seguro e acolhedor possível. Sabemos, porém, que ainda teremos um longo e árduo caminho pela frente.

Muitos desses animais não terão mais seus tutores. E toda essa incrível e vital mobilização voluntariada, com o passar das semanas, dos meses, tende a arrefecer. É fato. Precisamos, portanto, começar a planejar minuciosamente os próximos passos no que diz respeito à reconstrução da vida e do bem-estar desses animais e, logicamente, de todas as pessoas afetadas por esse cataclisma.

O enfrentamento desse cenário vai requerer que a sociedade, a curto e médio prazo, se mobilize, reivindicando políticas direcionadas ao combate às mudanças climáticas e, sobretudo, planos sustentáveis de prevenção de desastres, articulados com uma efetiva e avançada preservação ambiental. É de suma importância também ressaltar a valorização do conhecimento científico e sua fundamental contribuição ao longo de décadas, através de estudos e instrumentos que identifiquem e alertam, prévia e categoricamente, sobre potenciais e iminentes ocorrências desse tipo de desastre. O negacionismo à ciência, de mãos dadas ao extremismo ideológico, são demonstrações de quão longe ainda estamos de um desenvolvimento humano sustentável, o que contribui em muito para que as emergências climáticas ocorram em frequência e intensidade cada vez maiores.

Cabe ainda uma reflexão sobre como, enquanto sociedade civil, podemos e devemos contribuir para mitigar e corrigir esse desequilíbrio ambiental que, certamente, alterará o modo de vida de populações inteiras ao redor do mundo, exigindo um esforço unificado, incluindo mudanças de hábito, de rotina e de consumo, no sentido de dirimir as consequências trágicas sobre a vida de todos nós.

Lucile Lins Baía é mestranda do PPG Ciências Biológicas: Farmacologia e Terapêutica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS.
Letícia Gomes Kinappe é doutoranda do PPG Ciências Biológicas: Farmacologia e Terapêutica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS.
Régis A. Zanette é orientador do PPG Ciências Biológicas: Farmacologia e Terapêutica do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS.

"As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo."

:: Posts relacionados



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas



Para repensar a infraestrutura urbana



Sobre inundações, ou a importância do urbanismo

:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



Movimento de plataformização do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes

INSTAGRAM

jornaldauniversidadeufrgs
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS
SECOM

UFRGS

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria - 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram